

POSIÇÕES ATUAIS EM TORNO DA REFORMA AGRÁRIA

César Garcia*

O SIGNIFICADO DE REFORMA

A reforma agrária já foi posta em prática em muitos países de economia capitalista. No Brasil, ela tem recebido apoio de diversos segmentos da sociedade, até mesmo fora das camadas populares. Representantes da burguesia industrial e seus órgãos de imprensa têm deixado isso evidente em diversas ocasiões. É claro que esse apoio significa muito pouco, pois cada segmento tem sua versão do que deveria ser a reforma agrária. Não pretendo examinar todas essas versões, mas gostaria de defender uma delas, procurando distingui-la de algumas outras.

Preliminarmente, creio necessário chamar a atenção para o significado da palavra reforma. Quando emprego este vocábulo, estou falando de mudanças que não atingem o essencial. Em qualquer sociedade, o essencial é seu modo de produção. E a reforma agrária não substitui um modo de produção por outro. Em nenhum país capitalista a reforma agrária socializou a propriedade dos meios de produção. Nesses países, a economia, ou melhor, o modo de produção continuou sendo capitalista e, se tivesse se transformado em modo de produção socialista, não teria ocorrido apenas uma reforma agrária e sim uma revolução, que seria restrita às atividades rurais. Assim entendo o significado da expressão reforma agrária: uma maior distribuição da propriedade dos meios de produção — a terra em particular — posta em prática pelo Estado capitalista, visando criar condições para que os trabalhadores rurais, sob a forma de pequenos proprietários, juntamente com seus familiares, passem a trabalhar mais, com técnicas mais produtivas, produzindo muito mais do que necessitam para sobreviver. Com quem fica este excedente, é uma questão a ser resolvida fora dos limites da reforma agrária. Os capitalistas situados na indústria, no comércio e nos bancos tratam de arrancá-lo das mãos dos agricultores — coisa que já fazem em relação a seus empregados, embora por outros meios. Do seu lado, os agricultores tratam de se defender, associando-se em cooperativas e sindicatos, reivindicando do governo uma melhor administração dos preços. Em outras palavras, lutam para conseguir ficar com algo mais que a remuneração do trabalho da família.

AS DIVERSAS POSIÇÕES:

Dentre os mais sinceros batalhadores pela reforma agrária no Brasil há alguns que afirmam que *esta não é a reforma agrária que interessa aos trabalhadores rurais*. Segundo esta interpretação, esses trabalhadores não lutam pela propriedade de uma pequena área de terra e sim pela liberdade de cultivar o solo e ficar com o produto resultante do seu trabalho.

* Engenheiro agrônomo, Técnico da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPe).

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	213 a 216	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

‘Aos que defendem esta tese proponho as três seguintes reflexões:

Nas áreas mais distantes dos grandes mercados, onde a propriedade de terra ainda não está inteiramente consolidada, os pequenos posseiros podem praticar essa agricultura itinerante. Para continuar assim, terão fatalmente que afastar-se cada vez mais, pois em nenhuma sociedade capitalista a propriedade privada da terra foi até hoje abolida. A medida em que a propriedade se consolida nessas áreas mais afastadas, aos posseiros só resta uma forma de garantirem seus direitos: reivindicar a propriedade da terra que cultivam. Só a propriedade formal vai lhes dar alguma garantia de que não serão facilmente expulsos. É mais fácil conseguirem a propriedade, através da intervenção do Estado, que a liberdade de cultivo, que significaria a abolição da propriedade privada da terra, uma utopia no capitalismo. Esta utopia foi sonhada pelos economistas que pretendiam eliminar a renda fundiária encarada como obstáculo aos empreendimentos capitalista no campo. Se com esse objetivo nada se conseguiu, não serão os trabalhadores rurais da categoria de posseiros que irão conseguir. Para o capitalismo, extinguir a propriedade privada da terra é um risco grande demais, já que a propriedade privada dos meios de produção é peça fundamental de sua estrutura. Parece mais seguro deixar a agricultura com seus obstáculos e concentrar os investimentos nos demais setores.

Nas áreas de exploração antiga, mais densamente povoadas e mais próxima aos grandes mercados, a liberdade de cultivo é ainda mais impensável. A propriedade da terra aí já existe há muito tempo e não é através de uma *reforma* que ela vai desaparecer. Até mesmo em situações revolucionárias, a extinção da propriedade privada da terra tem prioridade duvidosa. As grandes propriedades são, evidentemente, expropriadas, mas a propriedade camponesa é tolerada.

A consolidação da propriedade familiar, seja através da titulação de posseiros, seja pela distribuição da propriedade entre arrendatários, parceiros ou até mesmo assalariados, é uma reivindicação legítima dessas categorias e, além disso, compatível com as tendências do capitalismo atual.

Por outra parte, entre os que lutam pela reforma agrária, há também aqueles que são *contra a distribuição da terra, visando a constituição de propriedades familiares*, pois esta seria a reforma agrária que “*interessa ao governo*”. Não chegam a explicar que tipo de reforma desejam, mas poder-se-ia interpretar que defendem a distribuição de terra entre cooperativas ou associações, as quais evitassem a dispersão dos trabalhadores e a fragmentação das áreas de cultivo.

Estou de pleno acordo com essas vantagens que a organização pode trazer aos trabalhadores, mas se o governo põe em prática um programa de distribuição de terra, limitado ou não a determinadas áreas, os trabalhadores rurais não recusarão seus benefícios. Evidentemente continuará sendo necessário que os trabalhadores se organizem em associações, cooperativas e sindicatos. O fato de se tornarem pequenos proprietários, longe de dispensar essa organização, pelo contrário,

vai torná-la ainda mais necessária. Portanto, não creio que a reforma agrária que distribua a terra em forma de propriedades familiares seja contra o interesse dos trabalhadores. Desvantajoso para os trabalhadores é enfrentar seus adversários de modo individual e desorganizado. Desde que eles se unam em entidades legítimas e livres, conseguirão melhores condições de luta por seus direitos e vantagens.

Há quem diga também que a distribuição da terra servirá para comprar a consciência dos trabalhadores, formando uma aliança espúria entre as classes dominantes e os novos pequenos proprietários. Na verdade existe risco cada vez que os trabalhadores, rurais ou urbanos, são atendidos em suas reivindicações. Nem por isso seria correto deixar de apoiar as reivindicações populares. Na prática, aliás, os trabalhadores não param de reivindicar. No caso dos trabalhadores rurais, suas reivindicações vão muito além da distribuição de terra, pelo simples fato de que, mesmo como proprietários de suas pequenas áreas, não deixam de ser explorados nas suas vinculações com os mercados. São explorados não mais pelo latifundiário, que lhes cobrava renda, mas pelo grande capital instalado no comércio de insumos e produtos, assim como nas agro-indústrias. Portanto, não passa de um preconceito afirmar que os beneficiários de uma reforma agrária que distribua a terra são necessariamente acomodados, do ponto de vista político.

Algumas correntes, por razões diferentes, se opõem à distribuição de terra. Uma primeira que acredita na *superioridade técnica da grande exploração* e no interesse que a agricultura pode despertar entre os grandes investidores. A unidade produtiva do tipo familiar seria assim um entrave à modernização e estaria condenada a desaparecer por não poder concorrer com a grande empresa. Já uma segunda corrente, que pensa a mais longo prazo, sustenta que, *se no capitalismo a pequena propriedade é um entrave, no socialismo ela será incompatível com os princípios do regime.*

No primeiro Programa Agrário do Partido, aprovado no Congresso de Marselha em 1882 e ampliado dois anos mais tarde no Congresso de Nantes, os socialistas franceses enfrentaram este problema teórico e apresentaram propostas que mereceram duras críticas de Friedrich Engels. O programa continha "uma argumentação teórica, dirigida a demonstrar que, nos princípios do socialismo, está implícito que se deve proteger a propriedade dos pequenos camponeses contra a ruína, que significa para ela o modo de produção capitalista, ainda que se compreenda perfeitamente que essa ruína é inevitável".¹

A crítica de Engels concentrou-se sobre o compromisso que o Partido assumiu de defender a propriedade individual da terra dos camponeses:

"Não podemos prometer aos camponeses, pequenos proprietários, nem agora nem nunca, conservação da propriedade individual e da exploração individual da terra contra a corrente avassaladora da produção capitalista. A única coisa que

(1) DA SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena (org.). *A Questão Agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. p. 64 e 65.

podemos prometer-lhes é que não vamos nos intrometer com violência em seu regime de propriedade contra a sua vontade".²

Ele achava que os socialistas, uma vez no poder, deviam convencer os camponeses, ainda não proletarizados pelo capitalismo, a participarem de um "regime cooperativo":

"Nossa missão em relação ao pequeno camponês consistirá, antes de mais nada, em canalizar sua produção individual a sua propriedade privada para regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo, proporcionando auxílio social com esta finalidade".³

Engels tinha razão quando criticava a incoerência dos socialistas franceses. Se a ruína dos camponeses era inevitável, por que proteger suas propriedades individuais? E acreditava que os camponeses terminariam reconhecendo a irracionalidade de seu sistema e as vantagens de produção socializada em grande escala.

UMA PROPOSTA PROMISSÓRIA OU UMA LINHA REALISTA

Estas reflexões de Engels parecem-se altamente profícuas e merecedoras de maior atenção. Decorrido, no entanto, quase um século, desde aquele debate, há incógnitas claras que levam a levantar dúvidas sobre a previsão de que a propriedade de pequenas parcelas no capitalismo está "fatalmente destinada a desaparecer". Acho procedente dar mais atenção a alguns autores que vêm constatando que aquela previsão não está se cumprindo e que, até mesmo em regimes socialistas, podem existir razões para que pelo menos alguns ramos da agricultura continuem entregues a produtores individuais. Engels e os socialistas franceses certamente reformulariam suas posições ao tomarem conhecimento, não apenas da permanência dos "pequenos camponeses" em economias capitalistas, como também, mudariam de opinião ao verem o Estado capitalista realizando reformas que distribuem a terra e consolidam a propriedade de pequenas parcelas. Em muitos países, nem sequer foi necessário que o Estado interviesse. O capital, reconhecendo as desvantagens de assumir a direção do empreendimento agrícola e percebendo as vantagens de se instalar a montante e a jusante da produção rural, deixou a agricultura nas mãos dos produtores de escala familiar. Evidentemente, esses produtores tiveram que se adaptar aos objetivos do capital, e a essa adaptação se dá o nome de *modernização da agricultura*.

Este me parece ser o caminho dentro dos limites do capitalismo. Esses produtores familiares que hoje reivindicam a propriedade da terra decidirão mais adiante sobre seu futuro. Serão aliados da classe operária, na medida em que perceberem que, embora por meios diferentes, são também explorados por um adversário comum: o capital. Quanto mais cedo isso acontecer, mais cedo poderão romper os limites que hoje lhes são impostos.

(2) DA SILVA, José Graziano & STOLCKE, Verena. (org.). *A Questão Agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981. p. 75. Veja-se ENGELS, F. "La question paysanne en France et en Allemagne", in: MARX, K. & ENGELS, F. *Oeuvres Choisies (em 3 volumes)*, Moscou, Progres, 1970, tomo III, p. 50.

(3) Idem, p. 73.